

## Formador de opinião



Paulo Skaf

### Obscura reação a uma conquista popular

É decisivo que o Congresso Nacional vote e aprove a Medida Provisória nº 579, editada pela presidenta Dilma Rousseff, que dará à população do Brasil um desconto médio de 20,2% nas contas de luz a partir de 2013. Além de aliviar o orçamento das famílias e das empresas, tal providência colocará R\$ 24 bilhões por ano no bolso dos consumidores, quase o dobro do valor do Bolsa Família, maior programa social do país.

Com esse dinheiro, as pessoas pouparão mais e comprarão o que precisam. É um grande estímulo ao crescimento sustentado, à criação de empregos, à geração de renda e à melhoria da qualidade da vida de nossa gente. É por isso que a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) promoveu a grande campanha intitulada "Energia a Preço Justo", denunciando que o brasileiro paga, de maneira injusta, uma das mais altas tarifas de eletricidade do mundo.

Tal distorção ocorre porque as concessionárias cobram, indevidamente, o custo dos investimentos feitos na construção das usinas hidrelétricas. Sim, continuamos bancando algo pago há muito tempo, que não é mais devido e ultrapassa o valor da energia consumida.

Felizmente, a presidenta Dilma ouviu nossos argumentos e baixou a MP nº 579, que precisa ser aprovada pelo Poder Legislativo para virar lei. No entanto, tem gente jogando contra essa importante conquista da sociedade. De maneira lamentável, existe uma pressão para que deputados e senadores votem contra esse benefício tão importante para os brasileiros.

É um golpe contra nossos quase 200 milhões de habitantes e a favor daquelas poucas empresas que enriqueceram durante décadas à custa de uma cobrança absurda nas contas de luz.

Esperamos que os parlamentares cumpram seu papel democrático na defesa dos interesses maiores da sociedade, da justiça e da economia de nosso Brasil.

/Paulo Skaf é o presidente da Fiesp/Ciesp (Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo).